

UNIT - UNIVERSIDADE TIRADENTES
PROEAD – PRÓ REITORIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS
PÓLO – MONTE ALEGRE – SERGIPE

LEITURA E ESCRITA: PRINCIPAIS ALTERNATIVAS
PARA A PRODUÇÃO TEXTUAL

Gláucia Lima de Souza
Lúcia Helena Correia Machado
Orientadora: Daniela Souza

Monte Alegre de Sergipe
Março – 2009

Tema: Leitura e Escrita: a Melhor Alternativa Para a Produção Textual

As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.

Leitura e escrita são consideradas práticas complementares, fortemente relacionadas, que modificam mutuamente o processo de letramento – a escrita transforma a fala e a fala influencia a escrita. São práticas que permitem aos alunos construir seu conhecimento sobre os diversos gêneros, procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los sobre as circunstâncias de uso da escrita. Considerando que o ensino deve ter como meta formar leitores que sejam capazes também de produzir textos coerentes, coesos e adequados à situação comunicativa, essas atividades devem ser compreendidas em sua relação.

Os leitores não se formam com leituras escolares de materiais escritos elaborados expressamente para a escola com a finalidade de cumprir as exigências de um programa. Os leitores se formam com a leitura de diferentes obras que contêm uma diversidade de textos que servem como ocorre nos contextos extra-escolares, para uma multiplicidade de propósitos. Livro: Escola, Leitura e Produção de Textos, pág. 45.

A leitura fornece a matéria-prima para a escrita. É um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, com base em seus objetivos, conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que sabe sobre a língua: características do gênero, do suporte textual, do sistema de escrita, etc.

Ler é, sobretudo, ser capaz de compreender o que não está escrito. Portanto, a decodificação é apenas um dos procedimentos que se utiliza quando se lê. A leitura envolve uma série de estratégias, sem as quais não se constrói o sentido do texto. Sendo importante à seleção de textos, de tipos e gêneros de textos, de informações, inferência com base no

contexto, capacidade de estabelecer relações entre diferentes textos, conhecimento de que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto, capacidade de justificar e validar a sua leitura com base na localização de elementos discursivos, como também ativação do conhecimento prévio.

Isso significa trabalhar a diversidade de textos e a combinação entre eles. Trabalhar a diversidade de objetivos e modalidades que caracterizam a leitura, ou seja, informar-se, divertir-se, estudar, escrever ou revisar o próprio texto. Pois, se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam, é necessário organizar um trabalho educativo para que experimentem e aprendam. Diferentes objetivos exigem diferentes textos e cada qual, por sua vez, exige uma modalidade de leitura. Sem a diversidade, pode-se até ensinar a ler, mas certamente não se formam leitores competentes. É por isso, também, que não se formam leitores competentes trabalhando-se com fragmentos de textos.

Para formar bons leitores, é necessário desenvolver o gosto e o compromisso com a leitura, pois aprender a ler é também ler pra aprender, requer esforço. A leitura precisa ser vista como algo desafiador, algo que, conquistado plenamente, dará autonomia e independência, gerando autoconfiança.

“O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso a saberes lingüísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos”.
(PCN. P. 15)

Ao se desenvolverem habilidades de leitura e escrita, provocam-se mudanças significativas na competência lingüística e na capacidade intelectual dos alunos, levando-os a

sentirem, perceberem, compreenderem a abstrair de que forma o uso de determinados procedimentos interferem e produzem diferentes efeitos na representação da realidade. Certamente, o processo da construção do conhecimento da leitura e da escrita apresenta-se como um desafio aos alunos. Em função disso, propõem-se práticas sociais, ou seja, situações reais de uso da língua, para que o ensino ganhe sentido e resulte em aprendizagem.

É justamente o caráter social e a convenção da língua que permitem a identificação de seus falantes, de suas trocas. O desvelar para a criança do que é ser leitor e ser escritor e de como ela se constitui como tal é que permite que se atinja a relação fundamental para uma proposta de ensino de Língua Portuguesa: a relação entre o conteúdo que se propõe e para que ele se propõe. (Silva, p. 39)

Não basta entrar em contato com o universo de textos que circulam na sociedade. Ao se trabalhar a prática de leitura, deve-se auxiliar na identificação e síntese das idéias básicas do texto, analisando-o com os alunos. Questionamentos e hipóteses devem ser levantados, com base em um planejamento prévio, para que as crianças sintam-se desafiadas a descobrir respostas. Além disso, é imprescindível buscar as relações possíveis entre dois ou mais gêneros textuais que tratam de um mesmo assunto. E mais: ao se analisarem textos que pertençam a gêneros diferentes, os alunos precisam ser levados a identificarem as características próprias de cada um desses textos e a reconhecerem de que forma a escolha vocabular e a pontuação ali definidas interferiram no discurso pretendido.

Ao propor a prática de leitura, espera-se também, que o professor esteja oportunizado as crianças o acesso e a análise das diferentes linguagens que permeiam na sociedade: a verbal e a não-verbal.

O nível de leitura exigido atualmente é diferente daquele trabalhado nas escolas até poucos anos atrás. O leitor de hoje deve ser ativo, ou seja, ele necessita interagir com o texto, mesmo que essa interação seja à distância, para compreender o texto e refletir sobre ele. É por

meio dessa interação que se estabelece entre o leitor e o texto, que os alunos aprenderão a ler valorizando a leitura e recorrendo a ela nas mais diferentes circunstâncias.

O ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita não é concomitante: um não pressupõe o outro necessariamente. Por isso, cada prática exige procedimentos diferentes. Sendo assim, as atividades de leitura e escrita se diferenciam em seus propósitos e fundamentos. Ainda que estejam relacionadas, é necessário distingui-las, a fim de garantir o domínio dessas diferentes habilidades. Dessa forma, as atividades de leitura devem priorizar os conteúdos que lhe cabem, análise e reflexão sobre o uso da língua devem priorizar os elementos que poderão subsidiar a produção de textos, servindo como ponte entre a leitura e a escrita levando os alunos a escreverem de forma coesa e coerente, considerando o seu leitor e a finalidade do texto, sabendo selecionar o gênero e o suporte textual mais adequado à intenção comunicativa.

Hoje, a produção textual é vista como uma atividade que precisa de planejamento, revisão e reestruturação. O momento de reestruturação é que vai permitir a compreensão por meio da reflexão. Ao produzir um texto, é importante considerar a necessidade das várias versões que uma produção requer. A reestruturação de um texto pode acontecer individualmente ou coletivamente. Quando esse trabalho acontecer de forma coletiva, com base em um texto produzido por um aluno, cabe ao professor não deixá-lo constrangido perante os colegas. Para isso, é necessário conscientizá-lo da importância desse procedimento no sentido de aprimorar o seu texto por meio de uma reflexão sobre as formas mais adequadas de uso da língua. Nesse momento, o aluno precisa se sentir privilegiado por ter sido escolhido para promover a sua aprendizagem e a dos colegas. Afinal, o texto escrito por ele será o objeto de estudo de todos.

Para tanto, a postura do professor e dos colegas deve ser impecável. É imprescindível apontar os aspectos positivos do texto antes de identificar, analisar e solucionar eventuais problemas. A crítica, portanto, deve obrigatoriamente ser construtiva e garantir uma atitude de

respeito em relação ao texto e ao autor, pois qualquer falha nesse momento pode comprometer seriamente o processo, causando uma perda irreparável.

Convém ressaltar, que o trabalho coletivo da reestruturação surte um efeito maior para que se garanta a todos o acesso aos conhecimentos construídos no decorrer dessa atividade.

“As situações de revisão em grupo desenvolvem a reflexão sobre o que foi produzido por meio justamente da troca de opiniões e críticas.”

Mirta Castelo – Nova Escola, p. 43. Janeiro – Fevereiro 2009.

A prática de produção de textos visa a uma apropriação de diferentes linguagens, partindo, também, de propostas significativas, reais e constantes. Ela deve ser entendida como um complexo processo comunicativo e cognitivo, como atividade discursiva e dialógica. Essa prática precisa realizar-se num espaço/tempo em que sejam consideradas as funções e a estrutura do texto, seja ele oral ou escrito, bem como as condições nas quais o texto é produzido: o que, para que, para quem, onde e como produzi-lo. Compreendido isso, será possível contribuir para a formação de produtores competentes, aptos a analisar o próprio texto e verificar se está ambíguo, confuso, redundante ou incompleto. E, ainda, constatar se está adequado ao interlocutor, ao objetivo a que se propõe ao suporte textual, ao momento da produção, ou seja, ao contexto comunicativo.

O trabalho com a produção de textos tem como finalidade formar escritores competentes, capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes. Um escritor competente é alguém que, ao produzir um discurso conhece as possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará, planeja o discurso em função do seu objetivo e do leitor, sabe elaborar um resumo, esquematizar, sabe expressar por escrito os seus sentimentos, experiências e opiniões, é capaz de olhar o próprio texto para verificar se está incompleto e ainda, um leitor competente, capaz de recorrer, com sucesso, a outros textos, quando precisa utilizar fontes para a sua própria produção.

Para aprender a escrever, é preciso ter acesso à diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias e defrontar-se com reais questões de escrita.

“Para que alguém se coloque na posição de escritor, é preciso que sua produção tenha circulação garantida e leitores de verdade”.

Roxane Rojo. Nova Escola, p. 41 – Janeiro - Fevereiro, 2009.

Portanto, para dominar a tarefa de entender e produzir textos, não basta produzir muitos textos, ou apenas conhecer regras gramaticais, é necessário aprender sistematicamente a interpretá-los e produzi-los em situações reais, observar os textos que circulam socialmente, enfim, é preciso aprender a pensar.

Resumo

O ensino da Língua Portuguesa é motivo de preocupação constante nas escolas e universidades de todo o país. O que gera tal preocupação é a dificuldade que a grande parcela de alunos, dos diferentes níveis de ensino demonstram em compreender **textos** e organizar idéias por escrito. Essas evidências apontaram para a necessidade da reestruturação das propostas de ensino de Língua Portuguesa, a fim de que se encontrassem alternativas para melhorar a qualidade da aprendizagem da **leitura** e da **escrita**, de modo a possibilitar o domínio da **língua** como “expressão da própria vida” e como elemento fundamental à sua capacidade de comunicação.

Desde que os estudos na área da lingüística permitiram a **reflexão** sobre como se dá o processo de aquisição da linguagem, propostas pedagógicas surgiram com a pretensão de refutar a repetição e a memorização de conteúdos desprovidos de qualquer problematização.

Em função das novas necessidades da sociedade, que transita pelas diversas dimensões do caráter social da **língua** que é variada, multifacetada, heterogênea e histórica, não monolítica nem uniforme.

As **línguas** são fenômenos históricos que vieram se constituindo ao longo do tempo pela ação de muitas gerações. Trata-se de uma produção coletiva, social (...). “A condição de possibilidade da **língua** é um dado natural, uma inscrição biológica potencial da espécie humana, mas o seu desenvolvimento e suas propriedades de uso são fatores culturais e profundamente inseridos na experiência cotidiana”. (MARCUSCHI, 1997. In: DIONISIO, 2001, p. 48).

Nessa perspectiva, ensinar Língua Portuguesa é muito mais do que ensinar códigos que se combinam, segundo regras normativas, uma vez que a **língua** é resultante das relações sociais, em que os falantes se tornam sujeitos, independentemente da maneira que se expressem. Isso exige que a escola venha a considerar a variedade lingüística de seus alunos. Se a **língua** é entendida como heterogênea, isto é, constituída por um conjunto de variedades determinadas

pela situação social, histórica e geográfica, a norma culta deve ser considerada apenas como uma das muitas variedades da língua, não é a melhor nem a pior, pois todas as demais também respondem a uma organização estrutural e às necessidades dos falantes.

Em função disso, ensinar **língua** envolve posturas educacionais diferenciadas daquelas que privilegiavam apenas o que ensinar aos alunos. Hoje, deve-se pensar em como e para que os alunos aprendem.

Cabe à escola trabalhar a norma culta, porque o conhecimento sistematizado veiculado nos meios de comunicação está registrado por meio dessa variedade. Porém, ao cumprir a sua função, a escola não deve desrespeitar a variedade trazida pelo aluno, pois ela faz parte de sua história enquanto sujeito.

Nesse sentido, trabalhar a Língua Portuguesa implica criar situações significativas para a prática efetiva do uso da **língua**. Entendida como fruto da interação social. Significa considerar que todo falante não produz palavras e frases soltas, sem intencionalidade. Os **textos**, orais e escritos, que são produzidos socialmente interagem de alguma forma, pois cumprem uma finalidade e dirigem-se a um interlocutor determinado.

Por isso, um ensino de Língua Portuguesa que vise a expandir as possibilidades do uso da **linguagem** por meio das habilidades de falar e ouvir, escrever e ler, em diferentes situações discursivas, tem de ter como unidade básica o **texto**. Não como mero pretexto para apresentar conteúdos da gramática normativa; mas de trabalhar o **texto** como manifestação lingüística, como um discurso produzido num dado momento histórico, com um determinado fim e marcado pelas idéias da sociedade da época. Um **texto** não se define por sua extensão. Se uma única palavra formar um todo significativo, entende-se estar diante de um **texto**, pois, se ele estiver inserido em uma situação comunicativa, pode cumprir sua função.

Referências Bibliográficas

KAUFMAN Ana María – RODRÍGUES María Helena Silva. Livro: Escola, Leitura e Produção de Textos, p, 45; 1995. ARTMED Editora – Porto Alegre.

CASTEDO Mirta – Revista Nova Escola; p, 43. Janeiro/Fevereiro – 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Volume 02; Língua Portuguesa, p. 15; Brasília – 1997.

ROJO Roxane; Revista Nova Escola, p. 41. Janeiro/Fevereiro – 2009.